

CARTA DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS À REUNIÃO DO CONSELHO DO PLANO RIO GRANDE

Porto Alegre, 10 de julho de 2025

Senhores Conselheiros, bom dia!

Me chamo Leonardo, sou da coordenação do MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens - e falo aqui em nome de milhares de famílias gaúchas, que ainda hoje lutam para reconstruir suas vidas.

O MAB nasceu da luta de quem foi atingido pela construção de barragens e hidrelétricas, mas há alguns anos vem se desafiando também a organizar os atingidos por desastres extremos. Atuamos em eventos como os rompimentos de barragens de Mariana e Brumadinho, e os deslizamentos de Petrópolis, no Rio de Janeiro e São Sebastião, em São Paulo, e mais recentemente, em nosso estado, no Vale do Taquari e na região Metropolitana, nas enchentes de setembro de 2023 e maio de 2024.

Organizamos cozinhas solidárias, distribuímos alimentos, agasalhos e itens de limpeza. Mas acima de tudo, ajudamos as famílias a se organizarem e a lutar por seus direitos.

Digo com tristeza que nosso movimento só cresce. Cresce por necessidade. A cada novo desastre, milhares de famílias descobrem que estão sozinhas, que não têm a quem recorrer, e que precisam se unir para serem vistas.

Os dados do Governo do Estado indicam que 87% das famílias atingidas pelas enchentes de maio de 2024 têm renda total de até 2 salários mínimos, sendo que 65% recebem menos de 1 salário mínimo por mês. Ou seja, embora o

desastre tenha atravessado toda a sociedade, os mais pobres foram aqueles mais atingidos. Sim, as chuvas foram extraordinárias, mas os estragos só foram tão grandes porque encontraram um poder público despreparado e sem estrutura.

As chuvas do mês passado reforçam esse alerta. Em plena capital do estado, ainda se combate enchente com saco de areia. Ainda há famílias que passam semanas com água na canela depois da chuva.

Não é possível que passado todo esse tempo, o Estado do Rio Grande do Sul ainda não tenha concluído nenhuma casa definitiva para os atingidos pelas enchentes. Entendemos as dificuldades de ordem burocrática, mas quanto tempo mais nossas famílias terão de aguardar em moradias provisórias?

Senhores conselheiros, pedimos sinceramente: visitem esses abrigos conosco. Conversem com as mães, com os idosos, com as crianças. E perguntem a si mesmos: quanto tempo vocês conseguiriam viver nessas condições?

O tempo da dor não segue o mesmo ritmo dos processos administrativos. A reconstrução precisa passar por pontes e estradas, sim. Mas precisa, antes de tudo, passar pela dignidade das pessoas. Precisamos que os atingidos possam seguir sua vida adiante, em um ambiente digno, seguro, saudável e feliz.

Nós queremos também denunciar a grave **subnotificação** de famílias atingidas. Critérios arbitrários e desiguais têm impedido o reconhecimento de milhares de pessoas, que ficam de fora dos auxílios e das políticas públicas. Nós já entregamos uma lista de famílias atingidas ao governo e propomos que o governo estadual coordene um **mutirão de verificação**, com participação das próprias famílias atingidas e das prefeituras, para garantir um reconhecimento justo, transparente e real.

Outro ponto central é o **reassentamento coletivo**. Só no Vale do Taquari, temos 812 famílias organizadas com demanda imediata de reassentamento. No Município de Estrela, os atingidos conquistaram uma área de 4,5 hectares, que poderia abrigar até 200 famílias, mas ainda falta a liberação dos recursos. A situação é ainda mais grave em locais como o bairro Sarandi, onde famílias ameaçadas de despejo convivem com o medo diário de perder tudo outra vez.

Defendemos que os reassentamentos sejam feitos com protagonismo dos atingidos, por meio de entidades, a partir da compra de terrenos e construção de moradias em sistema de autoconstrução.

Precisamos também realizar um amplo programa de educação ambiental. Nós, atingidos, temos que aprender a conviver com esta nova realidade. Reconhecemos o avanço que houve nas estruturas de Estado, mas o povo precisa estar preparado. Por isso, **reivindicamos** um processo de preparação do povo por meio da educação ambiental.

Por fim, apresentamos a proposta de um **programa de reforma habitacional**. Lançamos aqui uma proposta-piloto, que visa atender 1.559 famílias e tem potencial para alcançar até 112 mil moradias em todo o estado. São casas que precisam de reformas completas, parciais ou até mesmo apenas de condições mínimas de habitabilidade. Muitas famílias estão endividadadas, recorreram a empréstimos ou agiotas para tentar consertar o pouco que restou.

Entendemos que é papel do Estado liderar a reconstrução e criar políticas que deem conta da dimensão que os eventos climáticos impõe. Mas é nosso o papel, enquanto movimento popular, organizar o povo atingido, apresentar as pautas e lutar até que todas as famílias tenham seus direitos reconhecidos.

Por isso, precisamos que haja seguimento nas negociações com o governo do Estado. No dia 15 de maio, mais de três mil atingidos marcharam pelas ruas

de Porto Alegre. Muitos vieram das Ilhas, de Canoas, do Sarandi, do Vale do Taquari. Agradecemos ao secretário Clair Kuhn e ao vice-governador Gabriel Souza, que estiveram conosco e ouviram nossas demandas.

Mas agora **é tempo de avançar!** Não podemos mais esperar.

Senhores conselheiros, seguimos com esperança, mas não aquela esperança passiva de quem só aguarda. A esperança que temos é a do verbo *esperançar*: a esperança ativa, que anda junto com a luta, com a organização e com a ousadia de propor.

Queremos seguir construindo soluções junto com o Estado. Queremos participar da reconstrução. E reafirmamos: **sem participação popular, não há resposta real às mudanças climáticas.**

Muito obrigado.

Águas para a Vida, não para a morte!